



RESOLUÇÃO N.º 05, DE 31 DE Março 2015.

Dispõe sobre a aprovação do novo Instrumental do Plano de Ação 2015 e Relatório de Atividades 2014 e outras providências.

CONSIDERANDO que os artigos 3º e 9º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS - Lei 8.742, de 07/12/93, regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.308 de 14 de dezembro de 2007, estabelecem o conceito de entidade e organização de assistência social e que seu funcionamento depende de prévia inscrição no respectivo Conselho Municipal de Assistência Social.

CONSIDERANDO que O CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, órgão superior de deliberação colegiada, instituído pela Lei Municipal nº. 1.968 de 19/12/1996 e alterada pela Lei Municipal de nº 2.496 de 14/05/2004, de caráter permanente e de composição paritária entre governo e sociedade civil, estabelece que compete ao CMAS - CARAPICUÍBA-SP fixar normas para inscrição das entidades e organizações de assistência social no âmbito municipal; inscrever as entidades e organizações de assistência social para fins de funcionamento; fiscalizar as entidades e organizações de assistência social de acordo com as diretrizes e normas a serem estabelecidas na forma que dispuser suas Resoluções e manter atualizado o cadastro único das entidades.

CONSIDERANDO que os incisos IV artigo 2 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - CARAPICUÍBA-SP, previsto na Resolução nº 005 de 11 de agosto de 2009 estabelecem que compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS - CARAPICUÍBA-SP a inscrição e fiscalização das entidades e organizações de assistência social.

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução CMAS nº 037, de 24 de agosto de 2010 que dispõe sobre a inscrição e renovação de inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais o CMAS;

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Carapicuíba–**CMAS - CARAPICUÍBA-SP**, em reunião ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2013, no uso de sua competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 18 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.



RESOLVE

Art. 1º - Aprovar o novo Modelo do Plano de Ação 2015 e Relatório de Atividades 2014 (ANEXOS) que serão encaminhados para as Entidades Sociais para o requerimento da inscrição ou manutenção da inscrição.

Art. 2º - Conforme Art. 31 da Resolução CMAS nº 037 de 24 de agosto de 2010: “As entidades e organizações de assistência social deverão apresentar anualmente até 30 de abril, ao CMAS”:

I – Plano de Ação do corrente ano

II – Relatório de atividades do ano anterior

Art. 3º - Para a manutenção da inscrição no CMAS, além dos documentos citados no Artigo 2º, as Entidades deverão manter atualizados todos os dados cadastrais junto ao CMAS, inclusive informações sobre mudança de diretoria, mudança de endereço, telefone, alterações estatutárias, entre outras informações de relevância.

Art. 4º - A Entidade que não solicitar o pedido de renovação até o dia 15 de maio de 2015 sem justificativa terá sua inscrição suspensa.

Art. 5º- No caso das Entidades que ainda não possuem inscrição no CMAS os documentos necessários são:

I - requerimento, conforme o modelo anexo I ou II ou III, fornecidos pelo CMAS - CARAPICUÍBA-SP, devidamente preenchidos, datados e assinados pelo representante legal da entidade, contendo a sua identificação;

II - cópia da última versão do estatuto registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, nos termos da lei, com identificação do mesmo cartório em todas as folhas e transcrição dos dados de registro no próprio documento ou em certidão, com as devidas alterações, quando houver;

III - cópia da ata de eleição e posse dos membros da atual diretoria, devidamente averbada no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;

IV - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, do Ministério da Fazenda, atualizado;

V - relatório de atividades dos serviços Tipificados do exercício anterior, que deve abranger as exigências dos formulários do CMAS - CARAPICUÍBA-SP (**MODELO ANEXO**).

VI - plano de ação 2015 dos Serviços Tipificados para o exercício em curso com demonstrativo dos serviços a serem prestados, metodologia a ser aplicada, público alvo, número de usuários, número de atendimentos, metas propostas e endereço onde as ações serão desenvolvidas, em consonância com os princípios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e com a Política de Assistência Social (**MODELO ANEXO**)



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 6º - No caso de entidades que realizem atendimento à criança e ao adolescente deverão ser incorporados pareceres e ou certificados de inscrição do CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de acordo com a Lei Municipal nº 1.545 de 10/11/1992 e demais Conselhos concernente a sua área de seguimento como: CPCD – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência; CI- Conselho do Idoso; CMM – Conselho Municipal da Mulher e congêneres.

Artigo 7º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no site oficial da Prefeitura no seguinte endereço: www.carapicuiiba.sp.gov.br conforme comunicado da Secretaria Municipal de Governo em 17 de novembro de 2011, ficando revogadas as disposições contrárias.

Carapicuíba, 31 de março de 2015.

**Leonice da silva Nascimento
Presidente CMAS**



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

ROTEIRO PARA O PLANO DE AÇÃO – 2015

1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Identificação da Entidade			
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço (Rua/Av):			Nº
Complemento:		Bairro:	
Município:		UF:	CEP:
Fone:	Fax:		
Site:	E-mail:		

2 - REGISTROS

2.1 - Registros Institucionais	
Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - Nº:	Lei de Utilidade Pública Municipal:
Inscrição no Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – Nº:	Lei de Utilidade Pública Estadual:
Inscrição no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – Nº:	Lei de Utilidade Pública Federal:
OUTROS:	

3 – PRESIDENTE

3.1 - Identificação do Presidente	
Nome:	
Cargo ou Função	
E-mail:	
Telefone:	Celular:
Período do Mandato ____/____/____ á ____/____/____	
3.2 - Identificação do Procurador (se houver)	
Nome:	



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

Cargo ou Função	
E-mail:	
Telefone:	Celular:
Período do Mandato ____/____/____ á ____/____/____	

4 – GESTOR RESPONSÁVEL

4.1 - Identificação do Gestor Responsável pela Unidade/Território	
Nome:	
Cargo ou Função	
E-mail:	
Telefone:	Celular:

5 – TÉCNICO RESPONSÁVEL

5.1 – Identificação do Técnico Responsável pelo Projeto/Serviço	
Nome:	
Cargo ou Função	
E-mail:	
Telefone:	Celular:

6 - FUNCIONAMENTO

6.1 - - Horário de Funcionamento:	
Manhã: ____:____ h às ____:____ Tarde: ____:____ h às ____:____ h Dias da Semana:	
() Ininterrupto	

7 – INFRA-ESTRUTURA

7.1- Descrição da Infra Estrutura		
() Própria () Alugada () Cedida () Comodato () Outros		
Nº DE SALAS:	Nº DE BANHEIROS:	ÁREA EXTERNA () SIM OU NÃO ()
COZINHA () SIM OU NÃO ()		
OBS:		



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

8 – IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

8.1 – Identificação dos Serviços de Atendimento (conforme resolução CNAS 109/2009)	
8.1.1 – Proteção Social Básica	() Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; () Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas
8.1.2 – Proteção Social Especial de Média Complexidade	() Serviço Especializado de Abordagem Social; () Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); () Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
8.1.3. Proteção Social Especial Alta complexidade	() Acolhimento Institucional

* Deste campo em diante deve ser preenchido por projeto um a um por completo.

9. TÍTULO DO PROJETO

9.1 – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO TERRITÓRIO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

Em consonância com a Constituição, em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.7421, que, regulamentando as ações da assistência social, estabelece normas e critérios para a sua organização como direito e traz como definição em seu artigo 1º a afirmação de que a assistência



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando garantir o atendimento às necessidades básicas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), decorrente da LOAS, é resultado de amplo debate nacional integrado nas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003 e aprovada em outubro de 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Essa aprovação expressou uma posição nacional face ao novo modelo de política, de gestão e de estabelecimento de diretrizes para a efetivação da assistência social como direito de cidadania e como responsabilidade do Estado. Deliberou pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão para todo o território nacional integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela LOAS.

A política de assistência social opera suas ações no Município de**(COMPLETAR COM DADOS DO MUNICÍPIO PARA EXECUTAR ESSE PROJETO...)**

9.2 Objetivo Geral:	
Objetivo Específico	Resultados a serem Alcançados



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

10- PÚBLICO ALCO

FAIXA ETÁRIA DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO

- |__| De 0 a 06 anos
- |__| de 07 a 14
- |__| De 15 a 24 anos
- |__| de 25 a 59
- |__| De 60 ou mais

10.1 - Capacidade e Meta de Atendimento Diretamente			
2015	Capacidade Mensal de Atendidos	Número de atendimento no mês	Meta Mensal de Atendimento
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Mai			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
TOTAL ANUAL			

Obs.: O Atendido é o usuário e o atendimento é a quantidade de vezes que passou nos serviços. Por exemplo: José é atendido no projeto Espaço amigo, neste mês passou **uma** vez no Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo e teve **cinco** aulas de qualificação profissional em administração e **cinco** aulas de logística. Total ficando assim: **José 01 atendido e 13 atendimentos no mês.**

10.2 - Capacidade e Meta de Atendimento Indiretamente para os trabalhos realizados com famílias atendidas dos usuários da entidade			
2015	Capacidade Mensal de Atendidos	Número de atendimento no mês	Meta Mensal de Atendimento
Janeiro			
Fevereiro			
Março			



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

Abril			
Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
TOTAL ANUAL			

10.3 - Caracterização dos Beneficiários que serão atendidos pelo Projeto

Beneficiário	
Criança	() Em tempo integral, com vinculo familiar.
	() Em tempo integral, sem vinculo familiar.
	() Em meio período
Adolescente	() Em tempo integral, com vinculo familiar.
	() Em tempo integral, sem vinculo familiar.
	() Em meio período
Idoso	() Em tempo integral, com vinculo familiar.
	() Em tempo integral, sem vinculo familiar.
	() Em meio período
Jovens	() Em tempo integral, com vinculo familiar.
	() Em tempo integral, sem vinculo familiar.
	() Em meio período
Adultos	() Em tempo integral, com vinculo familiar.
	() Em tempo integral, sem vinculo familiar.
	() Em meio período



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

Família	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, com vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período
Pessoa com Deficiência	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, com vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período

11 - RECURSOS FINANCEIROS

11.1- Origem dos Recursos Financeiros a serem utilizados :

<input type="checkbox"/> Municipal	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Estadual	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Federal	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Próprios	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Outros	R\$	Programa:

12. Critérios Adotados Para Inserção Dos Usuários na Instituição:

Descrever os **critérios de seleção na instituição**, considerando o tipo de atendimento de cada projeto oferecido e as situações de vulnerabilidade ou risco pessoal e social estabelecidos na PNAS-2004.

13- Documentação e Instrumentos de Registro para o Acompanhamento e Desenvolvimento do Programa/Projeto Junto aos Usuários:

Assinalar quais os instrumentos que a instituição possui

- Prontuário;
- Lista de presença/controle de frequência;
- Cópia de documentação pessoal dos usuários;
- Autorização do uso de imagem;



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

➤ () Outros documentos. Descrever quais:

14. Demonstração da forma de participação dos usuários e/ ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano (elaboração, execução, avaliação e monitoramento)

15 – QUADRO SINÓTICO DE ATIVIDADES (Os exemplos abaixo deverão ser de acordo com a realidade do seu serviço executados na Entidade)

Trabalho social	Trabalho socioeducativo	Aquisições dos usuários
Acolhida e escuta; Realização de entrevistas (prontuários), visitas domiciliares; Orientação e encaminhamentos; Fortalecimento da função protetiva da família; Desenvolvimento de ações de convívio familiar e comunitário; Identificação e encaminhamento das famílias que possuam perfil para inserção em programas de transferência de renda; Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; Realização de grupos de convívio e fortalecimento de	Realização de trabalhos com famílias, objetivando o fortalecimento do grupo familiar; Realização de atividades de convivência grupal; Apropriação das famílias dos recursos do território; Informação, comunicação e defesa de direitos; Desenvolvimento de ações e vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; Desenvolvimento de ações e experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e a	Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades; Ter acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário; Ter reparado ou minimizado os danos por vivências de violência e abusos; Ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; Vivenciar experiências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; Ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades; Receber ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania; Conhecer seus direitos e como acessá-los; Ter oportunidades de escolha e tomada



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

vínculos; Mobilização para a cidadania; Articulação com o CRAS e CREAS de referência; Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho; Elaboração de relatórios e manutenção de prontuários.	ampliação do universo informacional e cultural; Desenvolvimento de ações de convivência grupal; Mediação de conflitos por meio de diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir Articulação com outras políticas, a fim de ampliar o conhecimento sobre o mundo do trabalho;	de decisão; Ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo; Ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações; Ter espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; Ter experiências no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades
--	---	---

16 – ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

16.1 – Área Geográfica de Abrangência do Projeto

() Rural

() Urbana

() Ambas (rural e urbana)

Bairro:

Município:

Estado:

17 - PARCERIAS (INFORMAÇÕES SOBRE OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARCEIRAS).

17.1 Articulação¹ com a Rede para a Execução do Projeto:

Nome do Parceiro	Tipo de Contribuição (financeira, técnica, Recursos Humanos ou outra)

¹ Descrever na planilha quais as articulações foram efetuadas pela instituição para o desenvolvimento do programa, projeto e ações junto aos usuários no ano, compreendendo a articulação efetuada com a rede de serviço existentes na comunidade, serviços socioassistenciais, serviços de outras políticas sócias (saúde, educação, trabalho, habilitação, etc), órgãos de defesa dos direitos, conselhos municipais e de direitos, entre outros



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

18 - MONITORAMENTO²

Objetivo específico	Insumos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos

Modelo lógico: auxilia na identificação dos pontos estratégicos do projeto, permitindo a especificação de um conjunto de indicadores equilibrado, que trate das questões-chave da ação.

Insumos: são os recursos financeiros, humanos e ou materiais necessários ao desenvolvimento das atividades;

Atividades: são as variadas tarefas e processos desenvolvidos visando o benefício da população alvo;

Produtos: são os serviços e bens gerados pela realização das atividades. Esse componente indica os efeitos indiretos do programa sobre a sociedade, ocasionados pelos efeitos somativos de varias políticas publicas sobre a população.

² O monitoramento tem o propósito de subsidiar os gestores com informações simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento (Jannuzzi, 2009, p. 124).



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

Resultados: são mudanças diretas alcançadas pelos beneficiários através da participação no programa. Esse componente reflete os efeitos esperados do programa sobre o público-alvo

Impactos: são as contribuições do programa para determinadas mudanças sociais. Esse componente indica os efeitos indiretos do programa sobre a sociedade, ocasionados pelos efeitos somativos de várias políticas públicas sobre a população.

19 – AVALIAÇÃO

Objetivo Especifico	Indicadores Quantitativos	Indicadores Qualitativos	Meios de verificação	Periodicidade

20 - Quadro detalhado do cronograma de Aplicação dos Recursos Humanos: (preenchimento obrigatório)

Meta	Etapa Fase	Função	Situação	Q/dade	Salário Mensal	Salário Anual	Recursos	
							Concedente	Proponente



Conselho Municipal de Assistência Social de Carapicuíba-SP

Conselho Municipal de Assistência Social

Serviços de Terceiros – (Pessoas Jurídicas)

(Preencher somente para quem recebe cofinanciamento do SUAS)

Meta	Etapa Fase	Descrição detalhada	Quantidade	Unidade de fornecimento	Custo mensal	Custo total anual	Recursos	
							Concedente	Proponente

23 - Quadro detalhado do cronograma de Aplicação dos Recursos

Serviços de Terceiros – (Pessoas Físicas)

(Preencher somente para quem recebe cofinanciamento do SUAS)

Meta	Etapa Fase	Descrição detalhada	Quantidade	Unidade de fornecimento	Custo mensal	Recursos	
						Concedente	Proponente

CONCEDENTE						
Meta	Etapa Fase	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total das Metas
TOTAL DO TRIMESTRE						R\$

(Preencher somente para quem recebe cofinanciamento do SUAS)

PROPONENTE						
Meta	Etapa Fase	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total das Metas
TOTAL DO TRIMESTRE						R\$

Carapicuíba/SP, _____ de _____ de 2.015.

Nome a assinatura

Técnico responsável pelo projeto ou
plano de ação

Nome e assinatura

Representante Legal da Entidade

ROTEIRO PARA O RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2014

1 - IDENTIFICAÇÃO

1.1 - Identificação da Entidade			
Razão Social:			
CNPJ:			
Endereço (Rua/Av):			Nº
Complemento:		Bairro:	
Município:		UF:	CEP:
Fone:		Fax:	
Site:		E-mail:	

2 - REGISTROS

2.1 - Registros Institucionais	
Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - Nº:	Lei de Utilidade Pública Municipal:
Inscrição no Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – Nº:	Lei de Utilidade Pública Estadual:
Inscrição no Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência – Nº:	Lei de Utilidade Pública Federal:
OUTROS:	

3 – PRESIDENTE

3.1 - Identificação do Presidente	
Nome:	
Cargo ou Função	
E-mail:	
Telefone:	Celular:
Período do Mandato ____/____/____ á ____/____/____	
3.2 - Identificação do Procurador (se houver)	
Nome:	
Cargo ou Função	
E-mail:	
Telefone:	Celular:

Período do Mandato ____/____/____ á ____/____/____

4 – GESTOR RESPONSÁVEL

4.1 - Identificação do Gestor Responsável pela Unidade/Território

Nome:

Cargo ou Função

E-mail:

Telefone:

Celular:

5 – TÉCNICO RESPONSÁVEL

5.1 – Identificação do Técnico Responsável pelo Projeto/Serviço

Nome:

Cargo ou Função

E-mail:

Telefone:

Celular:

6 - FUNCIONAMENTO

6.1 - - Horário de Funcionamento:

Manhã: ____:____h às ____:____ Tarde: ____:____h às ____:____h Dias da Semana:

() Ininterrupto

7 – INFRA-ESTRUTURA

7.1- Descrição da Infra Estrutura

() Própria () Alugada () Cedida () Comodato () Outros

Nº DE SALAS: Nº DE BANHEIROS: ÁREA EXTERNA () SIM OU NÃO ()

COZINHA () SIM OU NÃO ()

OBS:

8 – IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

8.1 – Identificação dos Serviços de Atendimento (conforme resolução CNAS 109/2009)

8.1.1 – Proteção Social Básica

() Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

() Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e

	idosas
8.1.2 – Proteção Social Especial de Média Complexidade	<input type="checkbox"/> Serviço Especializado de Abordagem Social; <input type="checkbox"/> Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); <input type="checkbox"/> Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;
8.1.3. Proteção Social Especial Alta complexidade	<input type="checkbox"/> Acolhimento Institucional

* Deste campo em diante deve ser preenchido por projeto um a um por completo.

9. TITULO DO PROJETO

9.1 – DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO TERRITÓRIO PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

Em consonância com a Constituição, em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de nº 8.7421, que, regulamentando as ações da assistência social, estabelece normas e critérios para a sua organização como direito e traz como definição em seu artigo 1º a afirmação de que a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, visando garantir o atendimento às necessidades básicas.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), decorrente da LOAS, é resultado de amplo debate nacional integrado nas deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília, em dezembro de 2003 e aprovada em outubro de 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. Essa aprovação expressou uma posição nacional face ao novo modelo de política, de gestão e de estabelecimento de diretrizes para a efetivação da assistência social como direito de cidadania e como responsabilidade do Estado.

Deliberou pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), cujo modelo de gestão para todo o território nacional integra os três entes federativos e objetiva consolidar um sistema descentralizado e participativo, instituído pela LOAS.

A política de assistência social opera suas ações no Município de**(COMPLETAR COM DADOS DO MUNICÍPIO PARA EXECUTAR ESSE PROJETO...)**

9.2 Objetivo Geral:	
Objetivo Específico	Resultados Alcançados

10- PÚBLICO ALVO

FAIXA ETÁRIA DE ACORDO COM A TIPIFICAÇÃO

- De 0 a 06 anos
- de 07 a 14
- De 15 a 24 anos
- de 25 a 59
- De 60 ou mais

10.1 - Capacidade e Meta de Atendimento Diretamente			
2014	Capacidade Mensal de Atendidos	Número de atendimento no mês	Meta Mensal de Atendimento
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			

Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
TOTAL ANUAL			

Obs.: O Atendido é o usuário e o atendimento é a quantidade de vezes que passou nos serviços. Por exemplo: José é atendido no projeto Espaço amigo, neste mês passou **uma** vez no Psicólogo, Assistente Social, Pedagogo e teve **cinco** aulas de qualificação profissional em administração e **cinco** aulas de logística. Total ficando assim: **José 01 atendido e 13 atendimentos no mês.**

10.2 - Capacidade e Meta de Atendimento Indiretamente para os trabalhos realizados com famílias atendidas dos usuários da entidade			
2014	Capacidade Mensal de Atendidos	Número de atendimento no mês	Meta Mensal de Atendimento
Janeiro			
Fevereiro			
Março			
Abril			
Maio			
Junho			
Julho			
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			
TOTAL ANUAL			

10.3 - Caracterização dos Beneficiários que serão atendidos pelo Projeto

Beneficiário	
Criança	() Em tempo integral, com vinculo familiar.
	() Em tempo integral, sem vinculo familiar.
	() Em meio período
Adolescente	() Em tempo integral, com vinculo familiar.

	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período
Idoso	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, com vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período
Jovens	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, com vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período
Adultos	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, com vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período
Família	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, com vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período
Pessoa com Deficiência	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, com vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em tempo integral, sem vínculo familiar.
	<input type="checkbox"/> Em meio período

11 - RECURSOS FINANCEIROS

11.1- Origem dos Recursos Financeiros a serem utilizados :		
<input type="checkbox"/> Municipal	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Estadual	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Federal	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Próprios	R\$	Programa:
<input type="checkbox"/> Outros	R\$	Programa:

12. Critérios Adotados Para Inserção Dos Usuários na Instituição:

Descrever os critérios de seleção na instituição, considerando o tipo de atendimento de cada projeto oferecido e as situações de vulnerabilidade ou risco pessoal e social estabelecidos na PNAS-2004.

13- Documentação e Instrumentos de Registro para o Acompanhamento e Desenvolvimento do Programa/Projeto Junto aos Usuários:

Assinalar quais os instrumentos que a instituição possui

- () Prontuário;
- () Lista de presença/controle de frequência;
- () Cópia de documentação pessoal dos usuários;
- () Autorização do uso de imagem;
- () Outros documentos. Descrever quais:

14. Demonstração da forma de participação dos usuários e/ ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano (elaboração, execução, avaliação e monitoramento)

15 – QUADRO SINÓTICO DE ATIVIDADES (Os exemplos abaixo deverão ser de acordo com a realidade do seu serviço executados na Entidade)

Trabalho social	Trabalho socioeducativo	Aquisições dos usuários
Acolhida e escuta; Realização de entrevistas (prontuários), visitas domiciliares;	Realização de trabalhos com famílias, objetivando o fortalecimento do grupo familiar;	Ser acolhido em suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;
Orientação e encaminhamentos;	Realização de atividades de convivência grupal;	Ter acesso a ambiente acolhedor e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário;
Fortalecimento da função protetiva da família;	Apropriação das famílias dos recursos do território;	Ter reparado ou minimizado os danos por vivências de violência e abusos;
Desenvolvimento de	Informação,	Vivenciar experiências que contribuam

ações de convívio familiar e comunitário;	comunicação e defesa de direitos;	para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;
Identificação e encaminhamento das famílias que possuam perfil para inserção em programas de transferência de renda;	Desenvolvimento de ações e vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;	Ter acesso a serviços, benefícios socioassistenciais e programas de transferência de renda, conforme necessidades;
Mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio;	Desenvolvimento de ações e experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e a ampliação do universo informacional e cultural;	Receber ações pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania;
Realização de grupos de convívio e fortalecimento de vínculos;		Conhecer seus direitos e como acessá-los;
Mobilização para a cidadania;		Ter oportunidades de escolha e tomada de decisão;
Articulação com o CRAS e CREAS de referência;	Desenvolvimento de ações de convivência grupal;	Ter experiências para relacionar-se e conviver em grupo;
Inserção em projetos/programas de capacitação e preparação para o mundo do trabalho;	Mediação de conflitos por meio de diálogo, compartilhando outros modos de pensar e agir	Ter oportunidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e reivindicações;
Elaboração de relatórios e manutenção de prontuários.	Articulação com outras políticas, a fim de ampliar o conhecimento sobre o mundo do trabalho;	Ter espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto;
		Ter experiências no processo de formação e intercâmbios com grupos de outras localidades

16 – ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

16.1 – Área Geográfica de Abrangência do Projeto

() Rural

() Urbana

() Ambas (rural e urbana)

Bairro:

Município:

Estado:

17 - PARCERIAS (INFORMAÇÕES SOBRE OS ÓRGÃOS OU ENTIDADES PARCEIRAS).

17.1 Articulação³ com a Rede para a Execução do Projeto:

Nome do Parceiro	Tipo de Contribuição (financeira, técnica, Recursos Humanos ou outra)

18 - MONITORAMENTO⁴

Objetivo específico	Insumos	Atividades	Produtos	Resultados	Impactos

Modelo lógico: auxilia na identificação dos pontos estratégicos do projeto, permitindo a especificação de um conjunto de indicadores equilibrado, que trate das questões-chave da ação.

Insumos: são os recursos financeiros, humanos e ou materiais necessários ao desenvolvimento das atividades;

Atividades: são as variadas tarefas e processos desenvolvidos visando o benefício da população alvo;

³ Descrever na planilha quais as articulações foram efetuadas pela instituição para o desenvolvimento do programa, projeto e ações junto aos usuários no ano, compreendendo a articulação efetuada com a rede de serviço existentes na comunidade, serviços socioassistenciais, serviços de outras políticas sócias (saúde, educação, trabalho, habilitação, etc), órgãos de defesa dos direitos, conselhos municipais e de direitos, entre outros

⁴ O monitoramento tem o propósito de subsidiar os gestores com informações simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento (Jannuzzi, 2009, p. 124).

Produtos: são os serviços e bens gerados pela realização das atividades. Esse componente indica os efeitos indiretos do programa sobre a sociedade, ocasionados pelos efeitos somativos de varias políticas publicas sobre a população.

Resultados: são mudanças diretas alcanças pelos beneficiários através da participação no programa. Esse componente reflete os efeitos esperados do programa sobre o público-alvo

Impactos: são as contribuições do programa para determinadas mudanças sociais. Esse componente indica os efeitos indiretos do programa sobre a sociedade, ocasionados pelos efeitos somativos de várias políticas públicas sobre a população.

19 – AVALIAÇÃO

Objetivo Especifico	Indicadores Quantitativos	Indicadores Qualitativos	Meios de verificação	Periodicidade

20 - Quadro detalhado do cronograma de Aplicação dos Recursos Humanos: (preenchimento obrigatório)

Meta	Etapa Fase	Função	Situação	Q/dade	Salário Mensal	Salário Anual	Recursos	
							Concedente	Proponente

21 - Quadro detalhado do cronograma de Aplicação dos Recursos
(Preencher somente para quem recebe cofinanciamento do SUAS)

Material de Consumo

Meta	Etapa Fase	Descrição detalhada	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Custo	Recursos		
					Unitário	Total	Concedente	Proponente

22 - Quadro detalhado do cronograma de Aplicação dos Recursos
Serviços de Terceiros – (Pessoas Jurídicas)

(Preencher somente para quem recebe cofinanciamento do SUAS)

Meta	Etapa Fase	Descrição detalhada	Quantidade	Unidade de fornecimento	Custo mensal	Custo total anual	Recursos	
							Concedente	Proponente

**23 - Quadro detalhado do cronograma de Aplicação dos Recursos
Serviços de Terceiros – (Pessoas Físicas)**

(Preencher somente para quem recebe cofinanciamento do SUAS)

Meta	Etapa Fase	Descrição detalhada	Quantidade	Unidade de fornecimento	Custo mensal	Recursos	
						Concedente	Proponente

24 – Aplicação dos Recursos: (Preencher somente para quem recebe cofinanciamento do SUAS)

(mencionar todas as despesas por categoria)

Meta	Etapa Fase	ESPECIFICAÇÃO	TOTAL	Concedente	Proponente

PROPONENTE						
Meta	Etapa Fase	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total das Metas
TOTAL DO TRIMESTRE						R\$

Carapicuíba/SP, _____ de _____ de 2.015.

Nome a assinatura

Técnico responsável pelo projeto ou
plano de ação

Nome e assinatura

Representante Legal da Entidade